

AVISO Nº. 2/2020

PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO EM CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO PARA PREENCHIMENTO DE UM POSTO DE TRABALHO DE ASSISTENTE OPERACIONAL, DA CARREIRA GERAL DE ASSISTENTE OPERACIONAL
Ref.ª A – Pedreiro

Projeto Lista dos Candidatos Admitidos e Excluídos

Em cumprimento e para os efeitos do disposto no art. 21.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, publicita-se o projeto lista dos candidatos admitidos e excluídos, ordenados alfabeticamente: -----

1 - Deliberou o Júri **admitir** ao presente procedimento concursal o seguinte candidato: -----

Patrício José Carvalho Henriques – a) -----

a) Candidato **sem** relação jurídica de emprego público previamente estabelecida; -----

Deliberou ainda o Júri, **admitir condicionalmente** os seguintes candidatos pelos motivos abaixo discriminados: -----

Luís Paulo Aldeias Vieira Rodrigues – a) -----

Mário Augusto Sousa dos Santos – b) -----

a) O candidato deverá apresentar Certificado de Habilitações onde conste que possui o 2.º Ciclo do Ensino Básico concluído; -----

b) O candidato deverá obter junto do Ministério da Educação o comprovativo das habilitações literárias, sem o qual não poderá ser admitido ao procedimento. -----

Deliberou ainda o Júri, **ter a intenção de excluir** os seguintes candidatos pelos motivos abaixo discriminados: -----

Maria Helena Monteiro da Costa – a) -----

Rute Alexandra Rodrigues Carola – b), c), d) e e) -----

a) Por não ter declarado que reúne os requisitos previstos no art. 17.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, cfr. exigido no ponto 5 do aviso n.º 162-A/2019, de 12 de novembro de 2019 (aviso de abertura do procedimento concursal), publicado na BEP (Bolsa de Emprego Público), página eletrónica do município, e Diário da República, II Série, n.º 225, de 22 de novembro de 2019, ou seja: a) Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou por lei especial; b) Ter 18 anos de idade completos; c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou não interdito, independentemente do motivo, para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d) Possuir a robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício

- das funções; e) Cumprir as leis de vacinação obrigatória; -----
- b) Por não ter formulado a candidatura no formulário de requerimento, de acordo com o ponto 7.1 do aviso n.º 162-A/2019, de 12 de novembro de 2019; -----
- c) Por não ter apresentado fotocópia do bilhete de identidade ou cartão de cidadão, de acordo com a alínea b) do ponto 8 do aviso n.º 162-A/2019, de 12 de novembro de 2019; -----
- d) Por não ter apresentado fotocópia legível do documento comprovativo das habilitações literárias, de acordo com a alínea b) do ponto 8 do aviso n.º 162-A/2019, de 12 de novembro de 2019; -----
- e) Por ter enviado a candidatura pelo correio eletrónico, que de acordo com o ponto 7.2 do aviso n.º 162-A/2019, de 12 de novembro de 2019, não serão aceites; -----

Em conformidade com os artigos 10.º, 22.º e 23.º, todos da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, e como o artigo 122.º, do Novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto – Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, o Júri deliberou proceder à audiência dos candidatos excluídos através de envio de ofício registado, para, no prazo de dez dias úteis, dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre o assunto. -----

Os candidatos excluídos que pretendam apresentar alegações, devem fazê-lo através do formulário para o exercício de participação dos interessados, que é de utilização obrigatória e se encontra disponível em <http://www.cm-sobral.pt/>. -----

Sobral de Monte Agraço, 06 de janeiro de 2020.

O Presidente do Júri,



Fernando José Cordeiro Gonçalves Correia Caldeira